

Ordem de apresentação das Notas Explicativas

SUMÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

- a) Área de atuação

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- a) Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade
- b) Base de mensuração
- c) Moeda funcional e moeda de apresentação
- d) Uso de estimativas e julgamentos
- e) Retificação de erros

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- 3.1 – Caixa e equivalentes de caixa
- 3.2 – Capital Social e Remuneração do Acionista
- 3.3 – Imobilizado
 - a) Reconhecimento e mensuração
 - b) Gastos subsequentes
 - c) Depreciação
 - d) Obras em Andamento
 - e) Opção pelo custo atribuído (*deemed cost*)
 - f) Reavaliação de imóveis
- 3.4 – Ativos Intangíveis
 - a) Gastos subsequentes
 - b) Amortização
- 3.5 – Propriedade para investimento
- 3.6 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
- 3.7 – Provisões
- 3.8 – Receita Operacional
- 3.9 – Receitas financeiras e despesas financeiras
- 3.10 – Tributos
- 3.11 – Ativos não circulantes a alienar
 - a) Bens a alienar
- 3.12 – Demonstração do valor adicionado (DVA)
- 3.13 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)
- 3.14 – Perda Estimada de Depósitos Judiciais
- 3.15 – Determinação do valor justo

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

- 4.1 – Bancos Conta Movimento:

4.2 – Fundo de Aplicação Financeira:

NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

6.1 – Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

7.1 – Saldo de IRPJ e CSLL a compensar

7.2 – PIS/PASEP e COFINS a compensar

7.3 – IRPJ e CSLL a recuperar

NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

NOTA 9 – VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO

NOTA 10 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

NOTA 11 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

11.1 – Créditos a Receber de Clientes

11.2 – Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

11.2.1 – Processo Trabalhista n° 2047/89

11.3 – Créditos Fiscais Diferidos

11.3.1 – Ativo Fiscal Diferido

11.3.2 – Passivo Fiscal Diferido

11.4 – Créditos a Receber de EFPC - SERPROS

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS

NOTA 13 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

NOTA 14 – IMOBILIZADO

14.1 – Movimentação do Imobilizado

14.2 – Movimentação da Depreciação

NOTA 15 – ATIVO INTANGÍVEL

15.1 – Movimentação do Intangível

15.2 – Movimentação da Amortização

15.3 – Baixa de Software

NOTA 16 – DEPÓSITOS

16.1 – Consignações

16.2 – Tributos e Encargos Sociais

16.2.1 – IRPJ e CSLL

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

NOTA 18 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

18.1 – Plano de Previdência Complementar

18.1.1 – Plano SERPRO I (PS-I)

18.1.2 – Plano SERPRO II (PS-II)

18.2 – Obrigações constituídas

18.3 – Benefícios a Empregados

18.3.1 – Com relação ao PS-I

18.3.2 – Com relação ao PS-II

18.3.3 – Premissas Utilizadas

18.4 – Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)

18.5 – Auxílio-alimentação

18.6 – Saúde

18.7 – Plano Odontológico

NOTA 19 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

NOTA 20 – FORNECEDORES (NÃO CIRCULANTE)

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

NOTA 22 – PROVISÕES PASSIVAS

22.1 – Processos classificados como possíveis de execução

22.2 – Contingências Tributárias

NOTA 23 – RECEITA DIFERIDA

NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 – Capital Social

24.2 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

24.3 – Reservas de Lucros

NOTA 25 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

25.1 – Receita Bruta

25.2 – Principais impactos sobre o resultado

25.3 – Descontos concedidos

25.4 – Compensação das reservas

NOTA 26 – RESULTADO FINANCEIRO

NOTA 27 – SEGUROS

NOTA 28 – PARTES RELACIONADAS

28.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

NOTA 29 – CONTINGÊNCIA ATIVA

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1 – Novo Plano de Contas

Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis

Anexo II – Legislação aplicável

Sumário de Siglas e Abreviaturas

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho
AEA – Ajustes de Exercícios Anteriores
AGU – Advocacia Geral da União
BD – Benefício definido
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil
CD – Contribuição definida
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGU – Controladoria Geral da União
COJUR – Consultoria Jurídica
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DVA – Demonstração do valor adicionado
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
ESAF – Escola de Administração Fazendária
FAE – Fundo de aplicação extramercado comum
IEA – Indenização especial de morte por acidente
IPA – Invalidez permanente total ou parcial por acidente
IPCA-E – Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial
IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica
ISS – Imposto sobre Serviços
ITG – Interpretação Técnica Geral
JCP – Juros sobre o capital próprio
LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais
MF – Ministério da Fazenda
MGD – Modelo Global de Dados
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
NR – Nota de Ressarcimento
ORA – Outros Resultados Abrangentes
PAS-ODONTO/SERPRO – Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO
PAS/SERPRO – Programa de assistência à saúde dos empregados do SERPRO
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa
PERDCOMP – Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Receitanet – Declaração do Imposto de Renda via Internet
RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGEP – Sistema de Gestão de Pessoas
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
SPOA/MF – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TI – Tecnologia da Informação
TR – Taxa Referencial
TST – Tribunal Superior do Trabalho

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma empresa pública independente, com capital social pertencente à União, vinculada ao MF, com personalidade jurídica de direito privado, tendo sido constituída pela Lei nº 4.516/1964, substituída pela Lei nº 5.615/1970, com estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.791/2009. A sede da empresa está localizada em Brasília-DF, à SGAN, Quadra 601, módulo V.

a) Área de atuação

A empresa está envolvida, prioritariamente, na prestação de serviços em TI para o setor público, desenvolvendo programas e serviços que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo. Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o SIAFI, SPED, Receitanet, Carteira Nacional de Habilitação, Passaporte Brasileiro, SIGEPE e SISCOMEX.

O principal mercado de atuação da empresa é o de soluções para a gestão das finanças públicas, tendo o MF como principal cliente. Outro segmento igualmente importante são as ações estruturadoras e integradoras da Administração Pública Federal, cuja gestão e articulação compete ao MPOG.

Ao longo de seus 51 anos, o SERPRO consolidou-se como referência, aprimorando e desenvolvendo tecnologias utilizadas por órgãos do setor público brasileiro. Para tanto, conta com uma estrutura em rede composta por células denominadas unidades de gestão, especializadas tanto no segmento de TI quanto nas demais áreas de suporte ao negócio da empresa.

A empresa investe no desenvolvimento de soluções tecnológicas em *software* livre, como uma política estratégica que permite otimizar os recursos públicos, incentivar o compartilhamento de conhecimento e estimular a cooperação entre as esferas federal, estadual, municipal, iniciativas do segmento acadêmico e sociedade.

O SERPRO também desenvolve projetos e programas que contemplam questões sociais de acessibilidade e inclusão digital e apoia as políticas de governo nessas áreas.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo CPC, referendados pelo CFC e pela CVM, em conformidade com o conjunto de leis, normas e princípios que integram a contabilidade brasileira (BRGAAP).

De acordo com a NBC TG 26(R3), as demonstrações contábeis devem ser analisadas em conjunto com as publicadas no último exercício encerrado.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2015, foi autorizada pelo Conselho Diretor em reunião realizada dia 29 de março de 2016.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas sobre premissas e estimativas, que possuem um risco significativo, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 5 – Ativos Circulantes Mantidos para Venda;

Nota 6 – Créditos a Receber de Clientes;

Nota 14 – Ativo Imobilizado;

Nota 18 – Benefícios a Empregados; e

Nota 22 – Provisões Passivas.

e) Retificação de erros

Nos termos da NBC TG 26 (R2), a retificação de erros deve ser apresentada retrospectivamente aos saldos de abertura e encerramento do último balanço apresentado. Ou seja, na retificação de exercícios anteriores efetuada em 2015, o balanço patrimonial da empresa deve ser publicado compondo-se dos exercícios 2013, 2014 e 2015.

Esses ajustes foram lançados diretamente contra o Patrimônio Líquido, em 2015, impactando-o negativamente em R\$ 1.128.467,38. Além disso, as correções geraram reversão de despesas financeiras do exercício corrente, no valor de R\$ 5.189.289,07.

Embora a norma contábil cite a necessidade de demonstração dos impactos nos últimos 3 balanços, apresentam-se, nestas notas explicativas, os impactos gerados desde o primeiro exercício afetado, conforme descrição detalhada abaixo.

Durante o exercício de 2015, a empresa identificou dois eventos classificáveis como erros. O primeiro deles refere-se às despesas de amortização de *software*, que foram apropriadas a menor nos exercícios de 2008 a 2014, tendo em vista que alguns deles não haviam sido amortizados ou foram amortizados incorretamente.

O outro se refere às destinações dos resultados de 2007 a 2011, que estavam pendentes de aprovação pelos órgãos responsáveis. No processo de aprovação¹, as destinações de 2008 e 2009 foram parcialmente rejeitadas, com impacto na absorção das reservas nos exercícios de 2010 e 2011. A correção destas destinações gerou a exclusão de despesas financeiras relativas aos dividendos a pagar reconhecidas a partir de 2009.

As correções desses erros se deram por meio de ajustes que impactaram os resultados de 2008 a 2014, afetando as destinações dos resultados dos mencionados exercícios, demonstrados nas seguintes tabelas:

1. Ajustes de Amortização do Intangível

Em R\$

Exercícios	Demonstração do Resultado do Exercício			Balanco Patrimonial		
	Amortização publicada*	Ajustes	Amortização republicada*	Amortização acumulada publicada**	Ajustes acumulados	Amortização acumulada republicada**
2008	(19.975.325,31)	40.666,64	(19.934.658,67)	(44.225.257,22)	40.666,64	(44.184.590,58)
2009	(18.254.073,86)	(126.094,76)	(18.380.168,62)	(62.479.331,08)	(85.428,12)	(62.564.759,20)
2010	(17.482.845,34)	(2.031.247,79)	(19.514.093,13)	(79.960.424,42)	(2.116.675,91)	(82.077.100,33)
2011	(30.737.283,39)	(1.799.155,83)	(32.536.439,22)	(110.661.336,63)	(3.915.831,74)	(114.577.168,37)
2012	(45.285.004,53)	(2.901.034,76)	(48.186.039,29)	(155.897.675,13)	(6.816.866,50)	(162.714.541,63)
2013	(54.057.372,59)	(6.647.373,00)	(60.704.745,59)	(209.868.614,11)	(13.464.239,50)	(223.332.853,61)
2014	(62.342.360,62)	(6.322.401,97)	(68.664.762,59)	(272.117.877,55)	(19.786.641,47)	(291.904.519,02)
TOTAL		(19.786.641,47)				

*compõe-se de amortizações de software e de amortizações de benfeitorias em imóveis de terceiros

** compõe-se apenas das amortizações acumuladas referentes a software

2. Ajustes de atualização sobre reserva especial de dividendos (SELIC)

Em R\$

Exercícios	Demonstração do Resultado do Exercício			Balanco Patrimonial			
	Juros sobre dividendos publicados	Ajustes	Juros sobre dividendos republicados	Reserva especial de dividendos publicada	Transferência de dividendos a pagar*	Destinação/ absorção complementar reserva especial	Reserva especial de dividendos republicada
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	178.068,44	0,00	178.068,44
2009	(1.872.431,38)	1.854.714,67	(17.716,71)	0,00	10.528.597,37	17.716,71	10.724.382,52
2010	(3.086.689,59)	2.039.035,48	(1.047.654,11)	0,00	0,00	(11.772.036,62)	0,00

¹ Despacho do Ministro da Fazenda anexo ao ofício nº 1.407/2015/PGFN/CAS de 26 de agosto de 2015.

Exercícios	Demonstração do Resultado do Exercício			Balanco Patrimonial			
	Juros sobre dividendos publicados	Ajustes	Juros sobre dividendos republicados	Reserva especial de dividendos publicada	Transferência de dividendos a pagar*	Destinação/ absorção complementar reserva especial	Reserva especial de dividendos republicada
2011	(4.030.234,84)	4.030.234,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	(3.293.588,55)	3.293.588,55	0,00	2.215.265,29	0,00	8.048.916,89	10.264.182,18
2013	(3.613.476,22)	2.770.624,88	(842.851,34)	13.351.013,81	0,00	8.284.087,97	21.635.101,78
2014	(6.446.308,08)	4.088.643,99	(2.357.664,09)	19.208.868,19	0,00	8.634.965,32	27.843.833,51
TOTAL		18.076.842,41					

3. Tributos sobre ajustes de exercícios anteriores

De modo a apresentar os tributos estimados sobre os ajustes em questão, foi aplicado o percentual de 34% sobre as variações nas contas de resultado. Estes valores impactam diretamente as contas de resultado e contas específicas do balanço patrimonial.

Em R\$

Exercícios	Demonstração do Resultado do Exercício			Balanco Patrimonial			
	IR/CSLL sobre ajustes de amortização do intangível	IR/CSLL sobre Ajustes de Juros sobre Dividendos	Impacto no Resultado	IRPJ/CSLL a Recolher	IRPJ/CSLL a Recuperar	Valor Líquido Demonstrado Ativo	Valor líquido publicado
2008	(13.826,66)		(13.826,66)	13.826,66		0,00	13.826,66
2009	42.872,22	(630.602,99)	(587.730,77)	644.429,65	42.872,22	0,00	601.557,43
2010	690.624,25	(693.272,06)	(2.647,81)	1.337.701,71	733.496,47	0,00	604.205,24
2011	611.712,98	(1.370.279,85)	(758.566,87)	2.707.981,56	1.345.209,45	0,00	1.362.772,11
2012	986.351,82	(1.119.820,11)	(133.468,29)	3.827.801,67	2.331.561,27	0,00	1.496.240,40
2013	2.260.106,82	(942.012,46)	1.318.094,36	4.769.814,13	4.591.668,09	0,00	178.146,04
2014	2.149.616,67	(1.390.138,95)	759.477,72	6.159.953,08	6.741.284,76	581.331,68	0,00
TOTAL	6.727.458,10	(6.146.126,42)	581.331,68				

4. Impactos nos resultados dos exercícios

Em R\$

Exercícios	Resultados publicados	Ajustes de intangível* (líquidos de tributos)	Ajustes de juros s/ dividendos* (líquidos de tributos)	Resultados republicados
2008	722.921,85	26.839,98		749.761,83
2009	43.190.047,16	(83.222,54)	1.224.111,68	44.330.936,30
2010	(174.680.831,68)	(1.340.623,54)	1.345.763,42	(174.675.691,80)
2011	(175.948.856,26)	(1.187.442,84)	2.659.954,99	(174.476.344,11)

Exercícios	Resultados publicados	Ajustes de intangível* (líquidos de tributos)	Ajustes de juros s/ dividendos* (líquidos de tributos)	Resultados republicados
2012	65.900.181,06	(1.914.682,94)	2.173.768,44	66.159.266,56
2013	46.887.362,20	(4.387.266,18)	1.828.612,42	44.328.708,44
2014	17.689.301,89	(4.172.785,30)	2.698.505,03	16.215.021,62
AJUSTE	0,00	(13.059.183,36)	11.930.715,98	(1.128.467,38)

Em face das alterações das destinações, determinadas pelo Ministro da Fazenda, os saldos das contas de Reservas de Lucros foram alterados a partir de 2007. Além disso, houve exclusão de valores de Dividendos a Pagar em 2008, antes classificados no Passivo. Neste caso, os valores dos dividendos complementares de R\$ 18,6 milhões oferecidos à época foram reclassificados para a Reserva de Retenção de Lucros.

Na sequência, demonstram-se os saldos publicados e republicados dos dividendos a pagar e reservas de lucros.

5. Dividendos a pagar e reservas de lucros publicados

Em R\$

Exercícios	Passivo	Patrimônio Líquido			
	Dividendos a Pagar	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Especial de Dividendos
2007	91.938.435,78	33.253.742,37	38.700.573,66	176.999.324,25	0,00
2008	58.876.840,84	33.120.563,17	28.666.914,89	185.961.720,97	0,00
2009	66.083.619,87	35.504.783,20	30.338.291,91	218.789.000,21	0,00
2010	72.539.255,52	35.504.783,20	30.338.291,91	47.267.306,39	0,00
2011	38.714.064,12	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	42.007.652,67	476.153,17	202.605,38	3.849.502,18	4.994.802,68
2013	45.440.118,48	3.006.370,39	5.639.377,16	34.413.664,25	13.532.024,22
2014	50.410.791,79	3.890.835,48	6.523.842,25	46.132.826,76	19.208.868,19

6. Dividendos a pagar e reservas de lucros republicados

Em R\$

Exercícios	Passivo	Patrimônio Líquido			
	Dividendos a Pagar	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Especial de Dividendos
2007	91.938.435,78	32.768.141,79	40.770.153,06	193.632.476,82	0,00
2008	40.057.260,72	33.121.905,17	28.669.598,89	204.206.129,67	178.068,44
2009	34.486.480,18	35.426.855,55	30.921.753,49	238.469.237,91	10.724.382,51
2010	37.855.426,24	35.426.855,55	30.921.753,49	78.724.720,59	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercícios	Passivo	Patrimônio Líquido			
	Dividendos a Pagar	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Especial de Dividendos
2012	0,00	2.160.880,46	2.160.880,46	28.631.666,09	10.264.182,18
2013	0,00	4.377.315,88	4.377.315,88	57.999.435,44	21.635.101,78
2014	0,00	5.188.066,96	5.188.066,96	68.741.887,26	27.843.833,51

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações dos exercícios anteriores foram reclassificadas.

O SERPRO utiliza o SIAFI, portanto, está sujeito à limitação do prazo para registros relacionados ao exercício social, determinado pela STN até 14 de janeiro de 2016.

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até noventa dias. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 – Capital Social e Remuneração do Acionista

O capital social do SERPRO pertence integralmente à União. O dividendo mínimo obrigatório, previsto no Inciso II do Art. 19 do estatuto do SERPRO, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária. Em 2015, não houve distribuição em função do prejuízo do período.

3.3 – Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais.

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo.

O *software* adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas de operações continuadas.

b) Gastos subsequentes

São incorporados somente nos casos em que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos para a entidade. Quanto aos gastos incorridos com manutenção ou reparos recorrentes, estes são reconhecidos no resultado do exercício.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são definidas pelos gestores, conforme especificidade do ativo. Em média, foram assim estimadas:

Edifícios	50 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos de processamento de dados	2 – 5 anos
Máquinas e equipamentos	2 – 5 anos
Móveis e utensílios	3 – 10 anos

A vida útil atribuída na reavaliação (item f) considerou a tabela do Imposto de Renda. Nesse sentido, aplicou-se o prazo de 25 anos para os edifícios, sem determinação de valor residual.

Dessa forma, antes da aplicação das novas normas de contabilidade, os edifícios foram depreciados a uma taxa superior e incorreram em uma base de cálculo também superior ao que deveria ocorrer, reduzindo o valor contábil dos bens.

Isto posto, a diretoria do SERPRO considera que os valores contábeis das edificações constantes do ativo imobilizado estão abaixo, inclusive, do valor que seria obtido com a venda destes no fim de suas vidas úteis, ou seja, são inferiores a seus valores residuais. Em conformidade com a ITG 10, bem como com a NBC TG 27, não se reconhece depreciação caso o valor residual supere o valor contábil.

Os métodos de depreciação e vida útil são revistos a cada exercício e ajustados caso seja apropriado.

d) Obras em Andamento

Representam o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida em que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial.

e) Opção pelo custo atribuído (*deemed cost*)

Nos termos da NBC TG 37, no período de adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a entidade pode optar pela mensuração pelo custo atribuído do ativo imobilizado. O SERPRO, no exercício de 2010, ao adotar as novas normas, optou pela não aplicação do custo atribuído a seu imobilizado, uma vez que absorve constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

f) Reavaliação de imóveis

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, baseada em laudos de avaliadores independentes, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, de acordo com as normas contábeis vigentes à época. O saldo da reavaliação da empresa será mantido até sua total realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda, facultada pela Lei nº 11.638/2007 e pela NBC TG 13. Destaca-se que a atual legislação não permite a utilização do instrumento de reavaliação.

3.4 – Ativos Intangíveis

Cessões de direito de uso e licenças de uso de *software* estão contabilizadas no grupo intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a *software* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

a) Gastos subsequentes

São incorporados ao ativo somente quando implicam aumento de benefícios econômicos futuros. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de *software*, são reconhecidos no resultado.

b) Amortização

É efetuada com base no método linear, sendo reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data que estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são:

Cessão de direito de uso de software	3 – 5 anos
Licença de uso de software	1 – 5 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.5 – Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo ou ganhos e perdas na alienação serão reconhecidos no resultado.

3.6 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros (bens móveis, imóveis, terrenos e ativos intangíveis) são revistos para a indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra, o valor é estimado, levando-se em conta as circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas.

Em 2015, não há registro de qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no ativo imobilizado. Em virtude disso, não houve estimativa de valores a reduzir por imparidade, dispensando a realização do teste.

O valor em uso do ativo é considerado para a realização do teste. Todos os bens, inclusive o ativo intangível, estão vinculados diretamente à geração de receita. Considerando-se que a precificação dos serviços leva em conta a amortização e depreciação dos bens, somente haveria redução do valor contábil caso houvesse expectativa de queda das receitas.

No exercício em questão, a empresa apresentou crescimento de 5,54% no faturamento bruto. No faturamento líquido, essa variação foi de 1,33%. Entretanto, está impactada pela concessão de descontos em 2015, fato este considerado contingencial, haja vista que fora interrompido em dezembro do referido exercício. Dessa forma, não houve necessidade de revisão do valor recuperável vinculado à geração de receita. É oportuno citar que não houve mudança significativa com efeito adverso sobre a entidade. Desta forma, a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso dos ativos não foi afetada.

3.7 – Provisões

São reconhecidas se a entidade tem uma obrigação presente, associada a um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro.

3.8 – Receita Operacional

A receita com prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Segundo a NBC TG 30, a receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O momento do reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais dos contratos de prestação de serviços.

3.9 – Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas de juros sobre fundos investidos, dividendos, juros sobre créditos tributários e descontos financeiros obtidos junto a fornecedores.

As despesas financeiras são compostas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a EFPC - SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

3.10 – Tributos

São adotadas as seguintes práticas:

Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL RIR/99;

As alíquotas do ISS variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (LC 116/2003);

As contribuições PIS/PASEP (0,65% e 1,65%) e COFINS (3% e 7,6%) estão registradas pelo regime da cumulatividade e não-cumulatividade;

A alíquota do INSS patronal sofreu elevação em dezembro de 2015, passando de 2,0% para 4,5% sobre a receita.

3.11 – Ativos não circulantes a alienar

a) Bens a alienar

Os ativos não circulantes são classificados como bens a alienar se for altamente provável que serão alienados, através de processo decisório aprovado pela diretoria colegiada.

As desmobilizações são realizadas por meio de leilões e de doações a entidades públicas parceiras do SERPRO, voltadas à realização de ações sociais, focadas na educação profissional, e instituições de ensino do poder público nas esferas federal, estadual e municipal.

Uma vez classificados como bens a alienar, os ativos não são mais depreciados.

3.12 – Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA foi elaborada nos termos da NBC TG 09, sendo apresentada como parte das demonstrações contábeis.

3.13 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considerou as faturas vencidas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 6.1.

3.14 – Perda Estimada de Depósitos Judiciais

Constituída, em 2013, de acordo com a expectativa de baixa de valores depositados em exercícios anteriores. Nessa ocasião, julgou-se necessário iniciar estudos acerca dos depósitos judiciais, principalmente aqueles valores mais antigos. Em 2014, os valores provisionados foram efetivamente realizados, conforme nota 10.

3.15 – Determinação do valor justo

Os ativos e passivos devem ser demonstrados e divulgados pelos seus valores justos, conforme métodos e premissas divulgadas nas notas específicas.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão assim discriminados:

Em R\$

Discriminação	2015	2014
Bancos c/ Movimento	55.484.760,22	30.776.824,16
Fundo de Aplicação Financeira *	53.097,92	48.192,78
TOTAL	55.537.858,14	30.825.016,94

* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias

4.1 – Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros disponíveis, depositados na conta única do Tesouro Nacional.

4.2 – Fundo de Aplicação Financeira:

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação. Estão aplicadas no Banco do Brasil, no âmbito do FAE, que são lastreadas em títulos públicos, em conformidade com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda. Atualmente, estudos estão sendo realizados para a venda desses ativos.

A partir de 1991, de acordo com as premissas do Decreto nº 101/1991, a empresa passou a estimar as perdas prováveis, devido a considerável queda do valor das cotas, demonstrando o ativo pelo seu valor justo.

Para fins fiscais, esta estimativa é indedutível. Estes ativos representam quotas em fundos de investimentos, sendo um deles o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, com 306.290.783 quotas escriturais, sem prazo de vencimento e com extrato datado de 31/12/2004. As demais quotas são do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, com o total de 2.420.110.239, emitidas ao longo de vários exercícios, também sem vencimento definido.

Os ativos financeiros se encontram demonstrados abaixo:

Em R\$

Discriminação	2015	2014
Incentivos Fiscais FINAM/FINOR	9.864.891,17	9.864.891,17

Discriminação	2015	2014
Correção Monetária Lei 8.200/91	28.875,12	28.875,12
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.111.763,59)	(9.643.413,49)
TOTAL	782.002,70	250.352,80

NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes no valor de R\$ 423,0 milhões (R\$ 470,8 milhões em 2014) estão apresentadas no balanço deduzidas da PECLD, estimadas em R\$ 26,5 milhões (R\$ 27,9 milhões em 2014).

Em R\$

Descrição	A vencer	Vencidas	Total	% de Vencidas
Clientes - Circulante	172.507.544,96	250.480.033,92	422.987.578,88	59,22%
PECLD (nota 6.1)	0,00	(26.494.563,64)	(26.494.563,64)	
Valor Líquido	172.507.544,96	223.985.470,28	396.493.015,24	

6.1 – Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes, de acordo com o risco de não recebimento de cada documento, avaliado em R\$ 26,5 milhões (R\$ 27,9 milhões em 2014).

Em 2015, os valores vencidos há mais de um ano passaram a compor a PECLD, em regra. Entretanto, foram excluídos da composição das perdas estimadas, aqueles valores que tenham expectativa de recebimento, com base no relacionamento com os clientes.

Em R\$

Discriminação	2015	2014
Saldo Inicial	27.934.961,22	43.069.602,27
Constituição/Reversão	(1.440.397,58)	(15.134.641,05)
TOTAL	26.494.563,64	27.934.961,22

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 132,1 milhões (R\$ 112,2 milhões, em 2014), discriminado da seguinte forma:

Em R\$

Discriminação	2015	2014
IRPJ/CSLL a Compensar	129.999.564,37	110.049.299,13
PIS-PASEP/COFINS a Compensar	1.543.677,07	1.543.677,07
IRPJ/CSLL a Recuperar (ajuste de exercícios anteriores)	581.331,68	581.331,68
Créditos Fiscais Diversos	980,14	14.977,88
TOTAL	132.125.553,26	112.189.285,7

7.1 – Saldo de IRPJ e CSLL a compensar

O saldo de R\$ 130 milhões refere-se às retenções na fonte, efetuadas pelos clientes na forma das Leis 9.430/1996 e 10.833/2003. Mensalmente, confrontam-se os valores devidos de IRPJ e CSLL com os valores retidos, não havendo valor a pagar caso a retenção seja superior.

Estes valores se acumulam no decorrer do ano, sendo utilizados como dedução de IRPJ/CSLL anual. Considerando-se que foi constatado não haver valor a pagar na apuração dos impostos em 2015, o saldo foi constituído como crédito tributário, que poderá ser utilizado na compensação de tributos administrados pela RFB.

7.2 – PIS/PASEP e COFINS a compensar

Trata-se de créditos tributáveis no valor de R\$ 1,5 milhão, decorrentes de pagamentos realizados a maior em dezembro/2007 através de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano de 2007. Tais créditos são oriundos de nova apuração, devido a inclusão de nova despesa integrante da composição dos créditos destas contribuições. A compensação desses créditos não é possível no momento, pois a RFB homologou parcialmente as declarações de compensação do ano-calendário de 2007.

Atualmente, o processo encontra-se no CARF aguardando posicionamento acerca do recurso voluntário apresentado pelo SERPRO, visando a disponibilidade do crédito remanescente, bem como a viabilização da retificação de PERDCOMP utilizada para extinção do débito das contribuições para o Pasep e Cofins do mês de dezembro/2007.

7.3 – IRPJ e CSLL a recuperar

O valor de R\$ 581,3 mil refere-se à apresentação líquida de imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34% sobre os ajustes de exercícios anteriores, tratados na Nota 2, item e.

NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 2.872 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente ao MF. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso dessas despesas.

Trata-se de valores a receber, tendo por base as NR enviadas aos órgãos cessionários. Os valores pendentes de recebimento totalizam R\$ 21,5 milhões (R\$ 15,4 milhões, em 2014), dos quais R\$ 7,5 milhões de exercícios anteriores e R\$ 14,0 milhões referentes a 2015.

NOTA 9 – VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO

É composto principalmente por despesas antecipadas, que serão apropriadas no decorrer do exercício seguinte.

Em R\$

Discriminação	2015	2014
IPTU a apropriar	0,00	79.850,24
Despesas Antecipadas	5.096.479,36	5.154.586,14
TOTAL	5.096.479,36	5.234.436,38

NOTA 10 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Trata-se de depósitos judiciais no valor de R\$ 271,1 milhões para a garantia de continuação de litígios, sobretudo de natureza trabalhista.

Em R\$

Descrição	2015	2014
Depósitos Judiciais	231.378.912,70	215.326.556,39
Depósitos Recursais	33.333.614,77	29.148.799,80
Ações Fiscais e outras	6.350.580,05	6.350.580,05
TOTAL	271.063.107,52	250.825.936,24

As ações fiscais dizem respeito, sobretudo, a não entrega das informações no formato do MANAD, que contém informações contábeis e de folha de pagamento em meio digital. Tal fato deu origem a multa no valor de R\$ 6,2 milhões.

Por entender que houve o cumprimento à Instrução Normativa 787/2007, o SERPRO interpôs recurso administrativo junto à PGFN, estando os referidos valores depositados judicialmente até o julgamento final da ação.

NOTA 11 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte no valor de R\$ 809,0 milhões (R\$ 753,6 milhões em 2014).

Em R\$

Descrição	2015	2014
Créditos a Receber de Clientes	0,00	252.588.485,14
Créditos a Receber Cessão de Pessoal (nota 11.2)	470.683.152,43	348.764.420,30
Créditos Fiscais Diferidos	277.995.938,70	89.514.342,92
Créditos a Receber EFPC	60.243.306,49	60.243.306,49
Despesas Antecipadas	0,00	2.406.993,99
Outros Créditos a Receber	122.942,51	123.056,84
TOTAL	809.045.340,13	753.640.605,68

11.1 – Créditos a Receber de Clientes

Em 2015, atendendo a recomendação da CGU, houve a contabilização de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 252,3 milhões, referente às faturas em avaliação de direito que se encontram na AGU para solução de controvérsia.

Antes disso, este ativo constava do ativo circulante, tendo sido totalmente transferido para o não circulante em 2014 (R\$ 252,6 milhões), por recomendação da CGU.

11.2 – Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

Os valores correspondentes às despesas constantes quadro abaixo estão classificados no ativo não circulante até a emissão das NR's associadas ao gozo dos direitos em questão.

Em R\$

Apropriação por Competência	2015	2014
Férias	21.915.082,17	20.401.478,47
Licença-prêmio	12.814.527,85	10.847.760,45
TOTAL	34.729.610,02	31.249.238,92

Além disso, as sentenças judiciais no valor R\$ 173,7 milhões (o mesmo de 2014), desembolsadas ao longo do tempo, também são classificadas no ativo não circulante, por se tratar de direitos junto ao acionista controlador.

Em R\$

Sentenças Judiciais	Composição
Processo 2047/1989	120.820.191,39
Processo 2200-85.1993.5.02.0020	23.454.810,59
Processo 2200-85.1993.5.02.0020	3.395.295,59
Processo 00232400-92.1991.5.03.0001	26.067.133,31
TOTAL	173.737.430,88

Por fim, classificam-se no ativo não circulante os valores estimados das provisões trabalhistas relativas a PSE, no montante de R\$ 262,2 milhões (nota 22).

11.2.1 – Processo Trabalhista nº 2047/89

No exercício 2005, registrou-se no ativo não circulante o valor de R\$ 241,9 milhões, referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao MF.

O reconhecimento contábil deste processo realizou-se com o registro da obrigação a pagar em seu valor total, dando cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está de acordo com o parecer da Consultoria Jurídica do MPOG, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do ativo circulante para o não circulante, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

A empresa honrou os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela AGU, chegou-se à conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos.

Em 2010, após revisão da COJUR, o valor pendente de pagamento foi baixado do passivo por se tratar de provisão classificada como remota, de acordo com a NBC TG 25. Nesse sentido, o valor de R\$ 126,0 milhões foi baixado do ativo.

Em face das novas definições e despachos apensados ao processo, entendeu-se que o valor a receber, praticamente certo, corresponderia ao montante já recolhido aos empregados.

A reclassificação do ativo baseou-se em despacho da AGU, no qual é citada a necessidade de solução das questões relativas à reclamação trabalhista para que haja o ressarcimento pela União.

Em R\$

Descrição do fato gerador	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos/Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor pago até Janeiro de 2007	0,00	(115.913.645,20)
Baixa para adequação CPC 25	(125.969.781,34)	(125.969.781,34)
Penhora de Crédito em 2012	1.513.935,98	0,00
Penhora de Crédito em 2013	810.056,11	0,00
Valor a receber em Dezembro de 2013	118.237.637,29	0,00
Penhora de Crédito em 2014	2.582.554,10	0,00
Valor a receber	120.820.191,39	0,00

11.3 – Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao ativo fiscal diferido relativo à IRPJ e CSLL, líquido do passivo fiscal diferido, apresentado no valor de R\$ 278,0 milhões.

11.3.1 – Ativo Fiscal Diferido

É apurado sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. As variações acompanham os saldos das diferenças apropriadas nas rubricas indicadas na tabela abaixo:

Em R\$

Descrição	2015	2014
Licença – Prêmio	31.847.127,36	25.244.909,19
Perdas Atuariais (ORA)	76.652.576,70	0,00
Plano de Previdência Complementar	2.062.180,82	1.939.040,87
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	94.797.252,02	9.497.886,81
Provisão para Perdas Prováveis	3.049.885,65	2.678.344,18
Contingências Trabalhistas	149.532.874,65	83.128.812,99
Plano de Previdência Complementar – Não Circulante	7.759.916,62	12.667.434,57

Descrição	2015	2014
Depreciação Empresarial – CPC 27	0,00	1.794.746,66
Prejuízo Fiscal	16.133.592,28	16.133.592,28
Base Negativa CSLL	5.796.734,74	5.796.734,74
TOTAL AFD	387.632.140,84	158.881.502,28

11.3.2 – Passivo Fiscal Diferido

Refere-se a apropriações dos impostos sobre as exclusões temporárias (NBC TG 32(R2)).

Descrição	Em R\$	
	2015	2014
PFD sobre Processo Trabalhista – PSE	89.153.477,92	48.884.435,17
PFD sobre Provisão Ativa – LFTSC	20.482.724,21	20.482.724,21
TOTAL	109.636.202,13	69.367.159,38

11.4 – Créditos a Receber de EFPC – SERPROS

Em dezembro de 2013, houve o reconhecimento de R\$ 60,2 milhões, referentes às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. Trata-se de um ativo mensurado pelo valor incontroverso, conforme consta do processo judicial nº 023.06.38548-0, ajuizado pelo SERPROS contra o Estado de Santa Catarina.

Este ativo tem origem com a assinatura, em 22.02.2002, do segundo termo aditivo ao acordo SERPRO (patrocinadora) e SERPROS (EFPC) para parcelamento de aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do plano PS-I para o PS-II, onde a patrocinadora faz jus a 42,7% dos créditos relativos às LFTSC.

Este ativo é objeto de litígio entre a EFPC e o Estado de Santa Catarina. Destaca-se que a EFPC reconheceu em balanço, no exercício de 2013, o direito de seu recebimento, revertendo a PECLD constituída anteriormente. Reconheceu ainda a respectiva obrigação junto à patrocinadora, tomando-se por base parecer jurídico, no qual concluiu-se pela possibilidade de lançamento do valor incontroverso no balanço por não tratar-se de ativo contingente.

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS

Descrição	Em R\$	
	2015	2014
Bens a alienar	6.457,35	6.661,65
Obras de Arte e Peças para Exposição	72.384,41	72.384,41
Ativos Financeiros	26.268,72	26.268,72
TOTAL	105.110,48	105.314,78

NOTA 13 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

O saldo de R\$ 246,0 mil refere-se ao reconhecimento em 2015 de imóvel incorporado ao SERPRO devido a êxito em processo judicial, reconhecido a valor justo.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem.

Em R\$

Descrição	Saldo em 2015	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
			2015	2014
Edifícios	136.873.137,22	(26.097.173,65)	110.775.963,57	110.775.963,57
Terrenos	67.029.731,05	0,00	67.029.731,05	67.029.731,05
Estudos e projetos	2.545.680,59	0,00	2.545.680,59	2.119.495,59
Obras em andamento	73.034.035,83	0,00	73.034.035,83	75.921.889,66
Instalações	71.689.361,73	(39.747.776,75)	31.941.584,98	32.289.354,99
Benfeit. em prop. terceiros	520.785,80	(237.104,42)	283.681,38	307.577,73
Outros bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção IPC/90	19.209.644,70	(2.530.977,67)	16.678.667,03	16.678.667,03
Bens móveis	855.128.973,10	(644.083.540,65)	211.045.432,45	244.037.959,75
TOTAL	1.226.031.350,02	(712.696.573,14)	513.334.776,88	549.160.639,37

14.1 – Movimentação do Imobilizado

Em R\$

Descrição	Saldo em 2014	Adições	Conclusão de Obras	Alienações	Baixas	Saldo em 2015
Edifícios	136.873.137,22	0,00	0,00	0,00	0,00	136.873.137,22
Terrenos	67.029.731,05	0,00	0,00	0,00	0,00	67.029.731,05
Estudos e projetos	2.119.495,59	426.185,00	0,00	0,00	0,00	2.545.680,59
Obras em andamento	75.921.889,66	1.783.685,58	(4.671.539,41)	0,00	0,00	73.034.035,83
Instalações	66.464.010,05	5.225.351,68	0,00	0,00	0,00	71.689.361,73
Benfeit. em prop. terceiros	528.150,80	72.935,00	0,00	0,00	(80.300,00)	520.785,80
Correção IPC/90	19.209.644,70	0,00	0,00	0,00	0,00	19.209.644,70
Bens móveis	859.999.717,65	41.831.055,58	0,00	(46.701.800,13)	0,00	855.128.973,10
TOTAL	1.228.145.776,72	49.339.212,84	(4.671.539,41)	(46.701.800,13)	(80.300,00)	1.226.031.350,02

14.2 – Movimentação da Depreciação

Em R\$

Descrição	Saldo em 2014	Depreciação	Alienações	Baixas	Saldo em 2015
Edifícios	(26.097.173,65)	0,00	0,00	0,00	(26.097.173,65)
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estudos e Projetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo em 2014	Depreciação	Alienações	Baixas	Saldo em 2015
Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instalações	(34.174.655,06)	(5.573.121,69)	0,00	0,00	(39.747.776,75)
Benfeit. em Prop. Terceiros	(220.573,07)	(96.831,35)	0,00	80.300,00	(237.104,42)
Outros bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção IPC/90	(2.530.977,67)	0,00	0,00	0,00	(2.530.977,67)
Bens Móveis	(615.961.757,90)	(74.772.278,59)	46.650.495,84		(644.083.540,65)
TOTAL	(678.985.137,35)	(80.442.231,63)	46.650.495,84	80.300,00	(712.696.573,14)

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela RFB.

NOTA 15 – ATIVO INTANGÍVEL

Conforme nota 2, em 2015, houve a correção dos valores das amortizações a partir de 2008, devido a inconsistências verificadas nas contabilizações desde aquele exercício, destacando-se os seguintes aspectos:

a) registros de *software* que, apesar de terem sido registrados contabilmente no ativo da empresa, não compuseram o controle utilizado para acompanhamento e contabilização das amortizações do intangível, não gerando o reconhecimento das despesas nos referidos exercícios (R\$ 21,3 milhões);

b) registros a maior de ativos intangíveis que geraram reconhecimento indevido de despesas nos exercícios anteriores (R\$ 735 mil);

c) erros nos cálculos das cotas de amortização, gerando contabilização a maior nas despesas dos exercícios (R\$ 797,4 mil).

Dessa forma, houve a necessidade de reconhecimento de ajustes de exercícios anteriores de R\$ 19,8 milhões, gerando os impactos demonstrados na nota 2. Abaixo, replica-se a tabela da referida nota.

Em R\$

Exercícios	Demonstração do Resultado do Exercício			Balço Patrimonial		
	Amortização publicada	Ajustes	Amortização republicada	Amortização acumulada publicada	Ajustes acumulados	Amortização acumulada republicada
2008	(19.975.325,31)	40.666,64	(19.934.658,67)	(44.225.257,22)	40.666,64	(44.184.590,58)
2009	(18.254.073,86)	(126.094,76)	(18.380.168,62)	(62.479.331,08)	(85.428,12)	(62.564.759,20)
2010	(17.482.845,34)	(2.031.247,79)	(19.514.093,13)	(79.960.424,42)	(2.116.675,91)	(82.077.100,33)
2011	(30.737.283,39)	(1.799.155,83)	(32.536.439,22)	(110.661.336,63)	(3.915.831,74)	(114.577.168,37)
2012	(45.285.004,53)	(2.901.034,76)	(48.186.039,29)	(155.897.675,13)	(6.816.866,50)	(162.714.541,63)
2013	(54.057.372,59)	(6.647.373,00)	(60.704.745,59)	(209.868.614,11)	(13.464.239,50)	(223.332.853,61)
2014	(62.342.360,62)	(6.322.401,97)	(68.664.762,59)	(272.117.877,55)	(19.786.641,47)	(291.904.519,02)
TOTAL		(19.786.641,47)				

O saldo atual do intangível corresponde a licenças de *software* e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. São *software* de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se aos prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Do total do intangível (R\$ 124,4 milhões), destaca-se que 92% concentram-se nas unidades de Brasília e São Paulo, os dois principais centros de dados da empresa.

Em R\$

Regional	Saldo em 2014	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2015	2014 republicado
Brasília	240.429.105,86	(186.164.753,15)	54.264.352,71	64.125.842,55
São Paulo	189.831.882,61	(130.237.979,76)	59.593.902,85	67.811.390,53
Sede	22.198.464,30	(20.387.191,55)	1.811.272,75	4.741.912,41
Rio de Janeiro	15.005.727,45	(8.591.952,76)	6.413.774,69	10.242.883,72
Outros	4.042.967,33	(1.729.159,72)	2.313.807,61	2.386.425,85
TOTAL	471.508.147,55	(347.111.036,94)	124.397.110,61	** Erro na expressão **

15.1 – Movimentação do Intangível

Em R\$

Regional	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Saldo em 2015
Brasília	224.721.353,47	15.734.745,16	0,00	240.456.098,63
São Paulo	173.803.438,35	16.031.452,09	0,00	189.834.890,44
Sede	24.856.159,42	1.329.885,26	(3.987.580,38)	22.198.464,30
Rio de Janeiro	14.536.678,86	473.547,38	0,00	15.010.226,24
Outros	3.295.343,98	713.123,96	0,00	4.008.467,94
TOTAL	441.212.974,08	34.282.753,85	(3.987.580,38)	471.508.147,55

15.2 – Movimentação da Amortização

Em R\$

Regional	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Ajustes de Exercícios Anteriores	Saldo em 2015
Brasília	(142.502.232,09)	(25.570.591,87)	0,00	(18.093.278,83)	(186.166.102,79)
São Paulo	(104.315.717,52)	(24.246.082,33)	0,00	(1.676.330,30)	(130.238.130,15)
Sede	(20.107.619,64)	(303.744,54)	30.800,00	(6.627,37)	20.387.191,55)
Rio de Janeiro	(4.285.400,14)	(4.298.382,56)	0,00	(8.395,00)	(8.592.177,70)
Outros	(906.908,16)	(818.516,62)	0,00	(2.009,97)	(1.727.434,75)
TOTAL	(272.117.877,55)	(55.237.317,92)	30.800,00	(19.786.641,47)	(347.111.036,94)

15.3 – Baixa de Software

Em 2015, foi realizada a baixa do MGD no valor de R\$ 3,9 milhões, face à desativação dos ambientes operacionais a ele associados, portanto, não havendo mais expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

NOTA 16 – DEPÓSITOS

Referem-se às retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza, totalizando R\$ 167,9 milhões (R\$ 132,1 milhões em 2014).

16.1 – Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica, além de impostos retidos de fornecedores, que perfazem R\$ 75,5 milhões (R\$ 55,3 milhões em 2014).

16.2 – Tributos e Encargos Sociais

Referem-se às obrigações a serem recolhidas, já deduzidas dos tributos a recuperar.

Em R\$

Descrição	2015	2014
PIS-COFINS	34.782.375,57	39.837.559,64
ISS a Recolher	37.334.371,04	24.334.225,14
FGTS	7.810.065,05	7.218.362,69
INSS	11.675.125,46	5.009.841,23
Impostos Estaduais e Municipais	11.194,20	682,90
TOTAL	** Erro na expressão **	** Erro na expressão **

No exercício de 2015, foram efetuados acordos de parcelamento de débitos tributários, referentes ao ISS-SP e INSS patronal, cujos saldos restantes montam R\$ 10,6 e 2,8 milhões, respectivamente, no encerramento do exercício. Os valores vencidos, após 1 ano, foram classificados no passivo não circulante (nota 21).

Os valores são contabilizados em conta específica de tributos renegociados, já apropriados os juros e as multas calculados no processo de parcelamento. Estes serão dedutíveis na apuração do IRPJ e da CSLL por ocasião do efetivo pagamento das parcelas.

16.2.1 – IRPJ e CSLL

Em 2015, em face de prejuízo fiscal (IRPJ) e de base de cálculo negativa (CSLL), não houve valores a pagar referentes a estes tributos.

Em R\$

Discriminação	2015	2014
Base de cálculo da Contribuição Social:		

Discriminação	2015	2014
*Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social (A)	(355.792.072,01)	17.689.301,89
(-) Reversão AFD 2014 (B)	1.471.423,98	
Lucro Contábil antes do IR e Contribuição Social Ajustado (C = A - B)	(354.320.648,03)	17.689.301,89
(+) Adições sem PLR 2013 (D)	860.383.315,36	170.389.610,72
(-) Exclusões (E)	(611.457.711,67)	(218.449.425,21)
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa (F = C + D + E)	(105.395.044,34)	(30.370.512,60)
(-) Compensação BC Negativa de CSLL (G)	0,00	0,00
Base de Cálculo da Contribuição Social (H = F - G)	(105.395.044,34)	(30.370.512,60)
Contribuição Social – Alíquota 9% (I = H x 9%)	0,00	0,00
(-) Antecipações (J)	(22.442.619,93)	(18.976.331,58)
Saldo a Compensar (K = I + J)	22.442.619,93	18.976.331,58
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL (ajustado) (L = C - I)	(354.320.648,03)	17.689.301,89
(+) Adições (M)	861.214.072,89	171.481.843,81
(-) Exclusões (N)	(611.457.711,67)	(218.449.425,21)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal (O = L + M + N)	(104.564.286,81)	(29.278.279,51)
(-) Compensação BC Negativa de PF (P)	0,00	0,00
Base de Cálculo do IRPJ (Q = O + P)	(104.564.286,81)	(29.278.279,51)
Imposto de Renda – Alíquota 15% (R = Q x 15%)	0,00	0,00
Adicional do IR – Alíquota 10% (S = (Q - 240.000) x 10%)	0,00	0,00
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador (T)	0,00	0,00
Imposto Devido (U = R + S + T)	0,00	0,00
(-) Antecipações (V)	(107.295.034,46)	(90.810.077,43)
Saldo a Compensar (W = U + V)	107.295.034,46	90.810.077,43

* Lucro publicado em 2014 sem considerar AEA, conforme nota 2

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Correspondem às apropriações de férias e licença-prêmio. No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração.

Em 2015, dando continuidade aos levantamentos efetuados a partir de 2014, foi efetuada análise acerca do percentual de conversão da licença-prêmio em pecúnia, tendo em vista que a realização deste passivo está vinculada à opção do empregado.

Anualmente, o SERPRO estima os percentuais de gozo e pecúnia da Licença Prêmio, de modo a verificar sua expectativa de capacidade produtiva para o exercício seguinte. Um dos componentes deste cálculo é o fator limitador de capacidade líquida, que é composto pelos índices de ausências previstos, sendo o gozo da licença prêmio uma das variáveis neste cálculo.

Para o exercício de 2016, a estimativa é de que 7,21% dos empregados gozem o período de licença-prêmio. Desta forma, 92,79% dos empregados tendem a acumular o benefício ou convertê-lo em pecúnia.

Considerando que quando há a conversão em pecúnia, devido à sua natureza indenizatória, não há incidência de impostos e encargos sociais. Desta forma, o valor dos encargos provisionados sobre este benefício deve estar relacionado apenas à estimativa de gozo da licença, conforme já adotado em 2014.

Aprimorando o processo de apropriação desta despesa, em 2015, passaram a ser considerados o valor total relativo à licença prêmio dos empregados (100%) e o percentual de 7,21% dos encargos sociais.

Em R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	136.849.376,37	32.547.000,90	(19.125.936,07)	150.270.441,20
Licença – Prêmio	93.173.386,96	1.828.462,22	0,00	95.001.849,18
TOTAL	230.022.763,33	34.375.463,12	(19.125.936,07)	245.272.290,38

NOTA 18 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

18.1 – Plano de Previdência Complementar

O SERPRO, como Patrocinadora, oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pela EFPC, denominada SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado.

18.1.1 – Plano SERPRO I (PS-I)

O plano PS-I, estruturado como BD, encontra-se saldado desde 31.03.2013. Não há mais as contribuições normais tanto de participantes quanto da patrocinadora. Somente vigoram as contribuições extraordinárias. Em 2015, o PS-I contava com 2.808 participantes saldados ativos e 2.660 participantes assistidos. O plano disponibiliza os seguintes benefícios:

Participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, velhice e tempo de serviço; de natureza especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação do auxílio-doença, do abono anual e benefício proporcional diferido.

Beneficiários: suplementação da pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

No final do exercício de 2015, o plano contava com patrimônio social de R\$ 2 bilhões e equilíbrio técnico deficitário acumulado de R\$ 142,4 milhões.

18.1.2 – Plano SERPRO II (PS-II)

Em 2015, o PS-II, estruturado na modalidade de contribuição variável, contava com 8.212 participantes ativos, definidos no regulamento como CD e 370 assistidos, denominado como BD.

Os recursos acumulados pelos participantes poderão ser convertidos em um dos seguintes benefícios: renda mensal vitalícia; resgate do saldo total e resgate parcial com conversão em renda vitalícia do saldo remanescente. O participante define sua contribuição mensal, que determina a renda futura esperada, e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento do plano.

O objetivo deste plano é oferecer os seguintes benefícios:

- a) a participantes: renda de aposentadoria; benefício proporcional diferido; renda por invalidez; auxílio-doença e abono anual;
- b) a beneficiários: pensão por morte; pecúlio por morte; auxílio-reclusão e abono anual;
- c) a designados: pecúlio por morte.

No final do exercício de 2015, o plano PS-II contava com patrimônio social de R\$ 3 bilhões e equilíbrio técnico superavitário acumulado de R\$ 325,4 milhões.

18.2 – Obrigações constituídas

No passivo do SERPRO, estão registrados os Instrumentos Contratuais, com saldo devedor no total de R\$ 29,4 milhões, composto dos seguintes termos de acordo:

Dotação inicial, com saldo devedor no valor de R\$ 20,1 milhões; Parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na Lei complementar 108/2001, com saldo de R\$ 9,2 milhões e parcelamento do aporte financeiro específico viabilizando a migração dos participantes do PS-I para o PS-II, com saldo de R\$ 0,1 milhão.

Destes instrumentos contratuais, encontra-se contabilizado no Passivo não circulante o valor de R\$ 23,2 milhões.

18.3 – Benefícios a Empregados

Em 2015, o SERPRO contratou uma consultoria para a emissão de um Parecer Atuarial, visando atender a Resolução CFC nº 1.425/13, que tem por base a NBC TG 33 (R2).

Essa consultoria, com base nas informações atuariais, contábeis e financeiras da EFPC, concluiu o seguinte:

18.3.1 – Com relação ao PS-I

Reconhecimento de um passivo atuarial líquido (*deficit*) de benefício definido, no valor de R\$ 225,4 milhões. De acordo com a norma vigente, a remensuração do valor líquido

de passivo, reconhecida em ORA, transitou no Patrimônio Líquido, não afetando o resultado do exercício.

PS-I - Movimentação do passivo líquido	Saldo em 31/12/2015
Ativo atuarial no início do exercício (a)	(123.081.400)
Perda a ser reconhecida em ORA (b)	250.607.614
Receita reconhecida durante o ano (c)	(17.107.840)
Contribuições normais do patrocinador (d)	(8.051.020)
Passivo apurado ao final do exercício (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	102.367.354
Ativo não reconhecido no exercício anterior (asset ceiling) (-a)	123.081.400
Passivo atuarial líquido reconhecido (f) = (e) + (-a)	225.448.755

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao estudo atuarial realizado pela patrocinadora, conforme determinam as normas vigentes. O valor não se confunde com o *deficit* apurado pela EFPC no plano PS-I. Neste caso, havendo resultado negativo na EFPC, a legislação determina o equacionamento, segundo regras próprias.

Ao final do exercício de 2014, havia sido constatado um *superavit* atuarial de R\$ 123 milhões. Por ser considerado como *asset ceiling*, esse *superavit* não foi reconhecido no balanço da patrocinadora. De acordo com a norma de contabilização de benefícios pós-emprego, esses ativos somente poderão ser contabilizados pela patrocinadora, se houver efetivamente possibilidade de benefício financeiro em prol dela, seja na forma de reembolso ou suspensão integral ou parcial de suas contribuições para os planos de benefícios.

18.3.2 – Com relação ao PS-II

Em 31.12.15, segundo estudo atuarial, determinado pelo CPC 33(R2), o PS-II (BD) apresentou ativo líquido ou *superavit* de R\$ 475,7 milhões, conforme estimativa de resultados futuros efetuada pela consultoria atuarial. Na reavaliação atuarial de 2014, o PS-II também apresentou *superavit* de R\$ 314,6 milhões. Esse *superavit* não foi reconhecido pela patrocinadora, por não atender aos critérios de reconhecimento de ativos.

O ativo líquido identificado nesta reavaliação foi ajustado pelo teto de ativo (*asset ceiling*), conforme dispõe a legislação em vigor, admitindo-se que, no momento, não existem benefícios futuros que justifiquem o reconhecimento de tais ativos. O *superavit* apurado poderá ser revertido para a Patrocinadora e assistidos, após a aprovação dos órgãos competentes.

18.3.3 – Premissas Utilizadas

As premissas biométricas e financeiras aplicadas na reavaliação atuarial foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência pelo SERPROS e pela consultoria atuarial.

Premissas Biométricas e Financeiras	Plano PS - I	Plano PS - II
Taxa Real Anual de Juros	6,93% ao ano	6,93% ao ano
Rotatividade	Nula	2,5%, de 0-47 anos; 0,5%, a partir de 48 anos, por sexo.
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A ⁽¹⁾	3,2% ao ano
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral de Válidos	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	AT-49, por sexo	AT-49, por sexo
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários e dos Benefícios do Plano (em percentual)	97,04% ⁽²⁾	97,04% ⁽²⁾
Morbidez	Valor médio estimado	Valor médio estimado
Composição da família de pensionistas	Família real	Família real

Nota:

(1) N/A = Não aplicado;

(2) Corresponde à inflação de longo prazo estimada de 5% (cinco por cento) ao ano.

18.4 – Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)

Em cumprimento a Portaria DEST/SE/MP Nº 27/2012 (Art. 11, IV), o SERPRO deverá obter um parecer firmado por profissional habilitado sobre o impacto atuarial do ACT proposto.

O ACT 2015/2016 é aplicável ao período compreendido entre 01/05/2015 e 30/04/2016. Na reavaliação atuarial, estão contidas aquelas disposições que tratam de reajustes nas parcelas salariais dos empregados com repercussão no salário de contribuição para os planos de benefícios PS-I e PS-II.

O PS-I se encontra saldado. Os benefícios de seus participantes ativos foram definidos na data do saldamento, sofrendo apenas atualização monetária pelo INPC/IBGE. Portanto, não existem impactos monetários, em termos reais, decorrentes do ACT em questão.

A estruturação técnico atuarial do plano de benefícios PS-II se dá na modalidade de contribuição variável. Durante a fase ativa, o participante e a patrocinadora contribuem para a constituição de reservas financeiras. Contudo, a majoração dos benefícios não implica riscos atuariais para o plano, pois os benefícios serão calculados a partir do saldo que for acumulado. Nesse sentido, os aumentos do salário de contribuição não produzirão impactos atuariais na parte de contribuição definida do plano de benefícios.

Conclui-se que o reajuste salarial de 7,0% proporcionará impactos atuariais, apenas, na parcela do benefício definido do plano PS-II relativa à rubrica de benefícios a conceder.

18.5 – Auxílio-alimentação

É concedido aos empregados e dirigentes. No ACT 2015/2016, foi fixado em R\$ 799,82 (R\$ 721,08 no período 2014/2015).

18.6 – Saúde

O plano de assistência à saúde aos empregados e familiares, sob a modalidade de autogestão, oferece assistência médica, hospitalar, psicológica e fisioterápica, com atendimento realizado por rede credenciada própria e da CASSI. O benefício concedido atende aos titulares optantes e respectivos dependentes, estendendo-se aos aposentados vinculados ao SERPROS e ao INSS. Além disso, estão inclusos os serviços relativos a exames periódicos realizados pelos empregados.

Na composição da receita do convênio de reciprocidade, conforme regulamento do PAS/SERPRO, de um lado, a empresa participa com a contribuição mensal, diferenciada por faixa etária, das despesas assistenciais. De outro, o beneficiário titular contribui com valor fixo mensal, também diferenciado por faixa etária das despesas assistenciais, mais coparticipação de 20% sobre a utilização em consultas médicas.

O plano não possui ativos financeiros, portanto, o passivo calculado corresponde ao valor da obrigação atuarial.

18.7 – Plano Odontológico

O PAS-ODONTO/SERPRO é oferecido aos empregados e familiares, garantindo o atendimento aos empregados ativos e seus dependentes cadastrados.

O programa é custeado, de um lado, pelo SERPRO com valor fixo por beneficiário e, de outro, pelo empregado com valor fixo mensal.

NOTA 19 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

São assegurados à União dividendos e/ou JCP de 25%, conforme disposições estatutárias.

Em 2015, cumprindo o que determina o § 1º do art. 9º da Lei nº 9.249/95, alterado pela Lei nº 9.430/96, não foi constituído saldo de créditos com juros sobre capital próprio, devido ao prejuízo do exercício.

Em virtude de ajustes de exercícios anteriores (nota 2), o saldo de dividendos a pagar, referente aos dividendos de 2008 e 2009, foi baixado retrospectivamente a 2010. Esse procedimento foi adotado em face das novas destinações dos resultados daqueles exercícios.

Os dividendos de 2008 no valor de R\$ 18,8 milhões, oferecidos à época, não foram aprovados pelos órgãos competentes. Deste total, foi aprovado R\$ 178 mil, após ajustes de exercícios anteriores, tendo sido destinado à Reserva Especial de Dividendos. A diferença de R\$ 18,6 milhões, que se referia à realização da Reserva de Créditos Fiscais Diferidos, foi destinada à Reserva de Retenção de Lucros.

No caso dos dividendos no valor de R\$ 10,5 milhões, após ajustes de exercícios anteriores, referentes ao exercício de 2009, foram destinados a Reserva Especial de Dividendos.

Em R\$

Exercícios	Dividendos a Pagar Publicado	Dividendos a Pagar Republicado
2007	91.938.435,78	91.938.435,78

Exercícios	Dividendos a Pagar Publicado	Dividendos a Pagar Republicado
2008	58.876.840,84	40.057.260,72
2009	66.083.619,87	34.486.480,18
2010	72.539.255,52	37.855.426,24
2011	38.714.064,12	0,00
2012	42.007.652,67	0,00
2013	45.440.118,48	0,00
2014	50.410.791,79	0,00

NOTA 20 – FORNECEDORES (NÃO CIRCULANTE)

Trata-se do reconhecimento de fornecedores a pagar de longo prazo no valor de R\$ 2,6 milhões, referentes a aquisição de licença de software, cobrada em 36 meses.

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os valores constantes deste grupo representam as obrigações tributárias vincendas após o encerramento do exercício seguinte.

Em R\$

Discriminação	2015	2014
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	13.781.075,52	13.758.516,11
INSS Renegociado	9.623.800,03	0,00
ISS Renegociado	28.682.987,14	19.787.264,82
TOTAL	52.087.862,69	33.545.780,93

Os R\$ 13,8 milhões de PIS-PASEP/COFINS referem-se às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito na AGU (nota 6.1). Por se tratar de faturas referentes a serviços prestados a órgãos públicos, suas contribuições somente devem ser pagas no recebimento dos créditos a elas vinculados.

Quanto à renegociação pelo prazo de 60 meses do INSS Patronal no valor inicial de R\$ 14,1 milhões, referentes aos meses de fevereiro a abril de 2015, resta o saldo de R\$ 12.440.521,99, do qual R\$ 9,6 milhões estão classificados no não circulante e R\$ 2,8 milhões no circulante (nota 16.2).

Da mesma forma, o ISS-SP sobre a receita foi objeto de parcelamentos administrativos pelo prazo de 60 meses. O saldo da dívida, em 2015, é de R\$ 39.107.637,80, do qual R\$ 10,4 milhões estão apresentados no circulante e R\$ 28,7 milhões no não circulante.

NOTA 22 – PROVISÕES PASSIVAS

Com base na NBC TG 25(R1), a Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, fidedignamente, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis.

Em 2015, o TST determinou que os valores de processos trabalhistas passassem a ser corrigidos pelo IPCA-E, em substituição à TR.

Na avaliação dos processos em que o SERPRO é parte, essa alteração impactou os valores anteriormente provisionados. Além disso, houve inclusão de novos processos e mudança de expectativa de realização (alteração do status de possível para provável). O conjunto desses fatores gerou um impacto negativo líquido de R\$ 76,9 milhões no resultado do exercício.

Assim, o saldo líquido das provisões trabalhistas ampliou-se para R\$ 177,6 milhões (R\$ 100,7 milhões em 2014). O total destas provisões alcança R\$ 439,8 milhões (R\$ 244,5 milhões em 2014), incluindo as apropriações a título de PSE de R\$ 262,2 milhões (R\$ 143,8 milhões em 2014), conforme abaixo:

Em R\$

Exercício	Provisão Passiva	Provisão ativa PSE (Nota 11.2)	Valor Líquido
2014	244.496.508,80	143.777.750,50	100.718.758,30
2015	439.802.572,49	262.216.111,53	177.586.460,96
Resultado	(195.306.063,69)	118.438.361,03	(76.867.702,66)

22.1 – Processos classificados como possíveis de execução

Além dos valores constantes do passivo, a empresa é parte em outros processos classificados como possíveis de execução, valorados em R\$ 107,8 milhões. Deste total, R\$ 1,8 milhão referem-se a PSE.

Em R\$

Provisões e Contingências Passivas – 2015						
Probabilidade de Perda	Total		Quadro Interno		Quadro Externo	
	Qtd	R\$	Qtd	R\$	Qtd	R\$
Provável – maior que 50%	1316	439.802.572,49	1098	177.586.460,96	218	262.216.111,53
Possível – entre 15% a 50%	301	109.616.514,89	262	107.803.101,98	39	1.813.412,91
Remota – menor que 15%	59	1.494.319,13	42	367.343,58	17	1.126.975,56
Total	1.676	550.913.406,52	1.402	285.756.906,52	274	265.156.500,00

22.2 – Contingências Tributárias

Encontra-se inscrito na Dívida Ativa da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (nº 50174658710) o valor de R\$ 250.357.047,77, de acordo com o documento de certidão 350-01.519.608/2015, referente a débito com ICMS. O SERPRO ajuizou ação (ACO nº 2658/DF) junto ao STF, que emitiu decisão favorável de tutela antecipada concedendo a suspensão de exigibilidade do crédito tributário, objeto do auto de infração nº 10.275/2010.

Os valores não foram reconhecidos no passivo da empresa, por não serem classificadas como prováveis de realização.

NOTA 23 – RECEITA DIFERIDA

Em dezembro de 2014, houve faturamento de R\$ 7,8 milhões, referente à implantação de serviços, que decorreram da realização de investimentos em *hardware* e *software*.

O reconhecimento desta receita é concomitante à realização da despesa de depreciação e amortização. Desde de janeiro de 2015, o *hardware* aplicado (R\$ 4,9 milhões) e o *software* (R\$ 2,9 milhões) estão sendo depreciado e amortizado, considerando-se a vida útil de 48 e 36 meses, respectivamente.

NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 – Capital Social

Em 2015, o saldo do capital social apresentado em balanço é de R\$ 1,1 bilhão conforme quadro abaixo.

Em R\$		
Exercício	Descrição	Saldo
2008	Capital social aprovado no estatuto social DEC nº 6.791/2009	613.618.808,15
2008	Incorporação de reserva para riscos eventuais de 2007	3.645.653,77
2009	Incorporação de reserva para riscos eventuais de 2008	90.367,31
2011	Integralização parcial, conforme aporte MP nº 248-A de 28/12/2010	184.000.000,00
2012	Integralização parcial, conforme aporte MP nº 248-A de 28/12/2010	66.000.000,00
2014	Integralização de capital, conforme aporte Lei nº 12.942/2013	193.650.000,00
2015	Capital Social	1.061.004.829,23

24.2 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Foi constituída com base em laudo de reavaliação, efetuada em 2005. Desde dezembro de 2010, os valores dos imóveis estão representados por seus valores residuais. O saldo de R\$ 138,2 milhões da reserva de reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme a Lei nº 11.638/2007.

24.3 – Reservas de Lucros

Considerando o exposto na nota 2, as reservas de lucros foram afetadas pelos ajustes de exercícios anteriores contabilizados em 2015. Os fatos que motivaram a contabilização são os seguintes:

a) correção das amortizações de *software* reconhecidas entre 2008 e 2014 (notas 2 e 15);

b) alteração das destinações de 2007 a 2011 (nota 2).

Esta última modificação implicou na reclassificação dos dividendos a pagar (passivo), referentes aos exercícios de 2008 e 2009, para a Reserva Especial de Dividendos (nota 19).

Os saldos das reservas de lucros dos exercícios de 2007 a 2014 foram objeto das seguintes modificações:

1. Reservas de lucros publicadas

Em R\$

Exercícios	Patrimônio Líquido			
	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Especial de Dividendos
2007	33.253.742,37	38.700.573,66	176.999.324,25	0,00
2008	33.120.563,17	28.666.914,89	185.961.720,97	0,00
2009	35.504.783,20	30.338.291,91	218.789.000,21	0,00
2010	35.504.783,20	30.338.291,91	47.267.306,39	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	476.153,17	202.605,38	3.849.502,18	4.994.802,68
2013	3.006.370,39	5.639.377,16	34.413.664,25	13.532.024,22
2014	3.890.835,48	6.523.842,25	46.132.826,76	19.208.868,19

2. Reservas de lucros republicadas

Em R\$

Exercícios	Patrimônio Líquido			
	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Especial de Dividendos
2007	32.768.141,79	40.770.153,06	193.632.476,82	0,00
2008	33.121.905,17	28.669.598,89	204.206.129,67	178.068,44
2009	35.426.855,55	30.921.753,49	238.469.237,91	10.724.382,51
2010	35.426.855,55	30.921.753,49	78.724.720,59	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	2.160.880,46	2.160.880,46	28.631.666,09	10.264.182,18
2013	4.377.315,88	4.377.315,88	57.999.435,44	21.635.101,78
2014	5.188.066,96	5.188.066,96	68.741.887,26	27.843.833,51

Em dezembro de 2015, considerando-se o prejuízo do exercício de R\$ 355,8 milhões, houve a completa reversão das reservas: legal (R\$ 5,2 milhões); estatutária (R\$ 5,2 milhões); especial de dividendos (R\$ 27,8 milhões); de retenção de lucros (R\$ 68,7 milhões).

NOTA 25 – RESULTADO DO EXERCÍCIO**25.1- Receita Bruta**

Em 2015, a receita bruta alcançou R\$ 2,3 bilhões, da qual 83% refere-se a serviços de processamento de dados. Deste total, as deduções da receita foram de R\$ 430,5 milhões.

Em R\$

Descrição	2015	2014
Receita bruta	2.318.250.131,79	2.196.519.516,18

Descrição	2015	2014
(-)ISS	(108.867.776,17)	(107.409.985,98)
(-)PIS-PASEP	(33.265.794,42)	(31.726.237,11)
(-)COFINS	(153.245.723,32)	(146.160.717,34)
(-)INSS Patronal	(49.873.690,52)	(44.008.632,90)
(-)ICMS	(149.755,40)	(50.655,00)
(-) Descontos concedidos	(84.891.611,81)	(3.870.109,10)
(-) Vendas canceladas	(249.182,00)	(373.843,54)
Receita Operacional Líquida	1.887.706.598,15	1.862.919.335,21

25.2- Principais impactos sobre o resultado

De acordo com o artigo 176 parágrafo 5º da lei 6.404/76, cumpre destacar que o prejuízo de R\$ 355,8 milhões, referente ao exercício 2015, contrapõe-se ao lucro de R\$ 16,2 milhões de 2014, o que se deve aos seguintes fatores principais:

a) reconhecimento de perda estimada dos créditos realizáveis a longo prazo, que se encontram em avaliação de direito na AGU, no valor de R\$ 166,5 milhões líquidos dos tributos diferidos (nota 11.1);

b) concessão de descontos aos clientes no valor de R\$ 81,2 milhões (nota 25.3);

c) reconhecimento adicional de provisões trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 50,7 milhões, já deduzidos os tributos diferidos (nota 22)

Descrição	2015	2014 Reapresentado
Receita operacional Líquida	1.887.706.598,15	1.862.919.335,21
Despesas Totais	(2.355.327.689,24)	(1.816.608.966,65)
Créditos tributários diferidos	111.829.019,08	(30.095.346,94)
Lucro Líquido	(355.792.072,01)	16.215.021,62

25.3 – Descontos concedidos

O total dos descontos alcançou R\$ 84,9 milhões, dos quais a quantia de R\$ 81,2 milhões foram objeto de negociação junto aos clientes do MF e MPOG, assim discriminados em milhões: RFB (R\$ 50,9); STN (R\$ 10); PGFN (R\$ 7); MPOG (R\$ 10,5); SPOA (R\$ 2,6); ESAF (R\$ 0,2).

A negociação dos descontos aconteceu em um ambiente de forte contingenciamento orçamentário dos clientes. Do lado do SERPRO, sérias restrições de caixa requeriam medidas urgentes para melhoria do fluxo financeiro. Diante do quadro, a Secretaria Executiva do MF propôs a aplicação de um desconto por prazo determinado, vinculado à liquidação tempestiva das faturas por parte dos clientes, assim como da dívida vencida em 2014. Procedimento similar foi adotado nos contratos com o MPOG, a pedido deste.

A sistemática vigorou entre maio e novembro de 2015, tendo permitido ao SERPRO: (a) negociação de descontos e parcelamento de dívidas junto a fornecedores em atraso no montante de R\$ 68,2 milhões, mediante descontos que resultaram em receitas financeiras de R\$ 2,6 milhões; (b) parcelamento e liquidação de tributos e encargos em atraso (R\$ 29,5 milhões); (c) mitigação de despesas financeiras, com redução de encargos de inadimplemento da ordem de R\$ 10 milhões, sobretudo no pagamento de tributos, entre 2014 e 2015 (nota 26); (d) manutenção das obrigações salariais em dia.

25.4 – Compensação das reservas

A absorção do resultado negativo, conforme disposições legais e estatutárias, está distribuída da seguinte forma:

	Em R\$
Prejuízo Líquido do Exercício	(355.792.072,01)
(+) Reserva Especial de Dividendos	31.535.432,32
= Prejuízo após a absorção da Reserva Especial de Dividendos	(324.256.639,69)
(+) Reserva de Retenção de Lucros	68.741.887,26
= Prejuízo após a absorção da Reserva de Lucros	(255.514.752,43)
(+) Reserva Estatutária	5.188.066,96
= Prejuízo após a absorção da Reserva Estatutária	(250.326.685,47)
(+) Reserva Legal	5.188.066,96
Saldo de Prejuízos Acumulados em 31/12/2015	(245.138.618,51)

NOTA 26 – RESULTADO FINANCEIRO

Alcançou o resultado negativo R\$ 28,3 milhões (R\$ -30,8 milhões em 2014), que resultou da diferença entre as receitas financeiras (R\$ 7,7 milhões) e as despesas financeiras de R\$ 36,1 milhões.

Dentre estas últimas, destacam-se os juros incidentes sobre tributos em atraso (R\$ 11,4 milhões), além dos encargos de inadimplemento junto ao SERPROS no valor de R\$ 17,7 milhões, dos quais R\$ 7,0 milhões devem-se à revisão de alíquota com encargos moratórios sobre contribuições de 2010 a 2015.

	Em R\$	
Descrição	2015	2014
Tributos/Encargos	11.377.418,28	21.039.126,04
Energia	92.872,46	279.551,54
FGTS	2.069.538,35	791.561,50
Circuitos	284.307,86	234.228,10
Diversos	147.165,90	413.142,67
Dividendos	3.691.598,82	2.357.664,09
Saúde/Cassi	764.495,05	753.456,78
SERPROS	17.675.848,49	10.010.748,95
TOTAL	36.103.245,21	35.879.479,67

NOTA 27 – SEGUROS

A empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos, conforme a natureza de sua atividade e as características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

As informações principais sobre a cobertura vigente de seguros são as seguintes:

Em R\$

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoroamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas e Responsabilidade Civil.	R\$ 921.381.591,36
Vida em grupo	Morte Qualquer Causa Indenização especial de morte por acidente (IEA) Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	R\$16.000,00 por vida
Veículos	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

NOTA 28 – PARTES RELACIONADAS**28.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes**

Em 2015, a política salarial empresarial contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.196,40 e R\$ 29.998,52, considerado o adicional de transferência. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 3.814,95 e R\$ 34.605,43. Nos casos de cargos diretivos, a maior remuneração paga foi de R\$ 34.181,15.

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo. Não oferece benefícios pós-emprego a seus dirigentes que não sejam empregados.

NOTA 29 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam contingência ativa, portanto, não reconhecidos nos termos da NBC TG 25(R1), são controlados escrituralmente em conta de compensação, assim detalhados:

a) tomada de contas especial nº 19863.000075/2001-58 de R\$ 5.263.399,93, que trata de desvio de valores públicos;

b) tomada de contas especial nº 19863.000074/2001-11 de R\$ 384.030,70, que trata de pagamento indevido, realizado no âmbito do programa de desligamento voluntário.

Os procedimentos adotados estão definidos na IN/STN nº 08/1990, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A empresa apresenta a DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a NBC TG 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1 Novo Plano de Contas

Em 2015, adequando-se às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, por meio da portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008 e o Decreto nº 6.976 de 7 de outubro de 2009, a Administração Pública Federal passou a utilizar integralmente o novo PCASP, alterando o plano de contas constante do SIAFI. Esta medida foi aplicada gradualmente na estrutura do governo, tornando-se obrigatória em 2015, tendo sido também adotada no SERPRO.

Brasília, 31 de dezembro de 2015.

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni
Diretor-Presidente

Maria da Glória Guimarães dos Santos
Diretora - Superintendente

Antônio João Nocchi Parera
Diretor

Robinson Margato Barbosa
Diretor

André de Césero
Diretor

Fernando Eurico de Paiva Garrido
Diretor

Antônio Luiz Fuschino
Diretor

Ana Maria Mallmann Costi
Contadora CRC – DF 8.894/0-6

Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis

<u>Norma</u>	<u>Assunto</u>	<u>CPC</u>	<u>IASB</u>
NBC TG 26(R3)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	CPC 26 R1	IAS 1
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	CPC 13	
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos	CPC 10	
NBC TG 27	Ativo Imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 30	Receitas	CPC 30	IAS 18
NBC TG 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	CPC 09	
NBC TG 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23	IAS 8
NBC TG 25(R1)	Provisões , Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25	IAS 37
NBC TG 01(R2)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01	IAS 36
NBC TG 33(R2)	Benefícios a Empregados	CPC 33 R1	IFRS19
NBC TG 32(R2)	Tributos sobre o Lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 03(R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03 R2	IAS 7
NBC TG 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	CPC 37 R1	IFRS 1

Anexo II – Legislação aplicável

LEI Nº	Data	Assunto
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Instrução Normativa 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
Lei Complementar 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.
Lei Complementar 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.